

Nota da edição

O segundo número do volume 13 da Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC), mantendo a qualidade e a consistência da publicação, com a sua linha de temas tradicionais do Direito Econômico da Regulação Financeira, envereda igualmente – neste número – pelo relacionamento entre direito, mercado financeiro e tecnologia.

O presente número traz nove artigos. Pelo menos três artigos selecionados abordam a relação entre direito, mercado financeiro e tecnologia. Completam ainda a edição seis artigos de temáticas variadas, além de cinco manifestações jurídicas da PGBC, destacando alguns dos pronunciamentos mais relevantes da Procuradoria no último ano.

Entre os artigos da temática direito, mercado financeiro e tecnologia, o primeiro deles cuida da moeda digital. Dos autores **Rafael José Nadim de Lazari** e **Rogério Luís Marques de Mello**, com o título “A Desmaterialização do Dinheiro: uma análise da regulação da moeda na era digital”, o artigo trata do fenômeno da progressiva substituição do dinheiro em espécie, o papel-moeda, por meios de pagamento digital. Questiona a sua viabilidade no cenário brasileiro e os desafios regulatórios.

O segundo artigo permanece na linha das novas tecnologias que podem afetar os meios de pagamento. Dos autores **Henrique Perlatto Moura** e **Márcio Luís de Oliveira**, intitulado “Blockchain e Banco Central – Um Contraponto da Tecnologia”, o artigo explora as dificuldades e os desafios que a nova tecnologia criptográfica e descentralizada de comunicação oferece para os sistemas econômico e jurídico, em particular para os meios de pagamento, mas igualmente pontua os benefícios oriundos, com ênfase nos aspectos de integridade e segurança das informações trocadas entre as instituições, além da redução de custos.

O terceiro artigo da série, ainda na temática criptomoedas, aborda um ponto bem específico da realidade das moedas digitais, que é o relacionamento entre instituições financeiras tradicionais e corretoras de criptomoedas, com especial destaque para a manutenção ou não do contrato de conta-corrente das corretoras pelas instituições financeiras. É de autoria de **Régis Canale dos Santos**, com o título “Resilição Unilateral pelas Instituições Financeiras de Contas-Correntes das Corretoras de Criptomoedas”. O artigo analisa os motivos alegados para a resilição, se legais ou não, apoiado em recente acórdão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Na linha de temática mais variada, três artigos se debruçam sobre o mercado de crédito. O primeiro deles cuida do crédito rural e de sua renegociação, com foco na Súmula 298 do STJ. De autoria de **Fabiano de Figueirêdo Araujo**, o artigo tem o título “Renegociação de Créditos Rurais: dirigismo estatal e a Súmula 298 do STJ”. O artigo explora como a construção da jurisprudência e da Súmula, como direito subjetivo do mutuário, tem funcionado como desestímulo para novas hipóteses de renegociação de dívidas rurais pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O segundo artigo da temática de crédito, de **autoria coletiva**, por um grupo de pesquisadores em Direito, intitula-se “Financeiras’ de Crédito e sua Regulamentação: análise qualitativa de práticas e serviços no município de Ribeirão Preto/SP”. O artigo cuida em apresentar levantamento empírico sobre as “financeiras” e correspondentes bancários em Ribeirão Preto/SP, tendo em conta analisar e apurar a organização das empresas popularmente chamadas de financeiras; eventuais disfunções do acesso da população mais vulnerável às estratégias das financeiras; e explicar o paradoxo de que o principal produto ofertado seja o crédito consignado. A pesquisa sugere maior controle regulatório sobre tais sociedades de crédito e seus instrumentos.

O último artigo da temática de crédito diz respeito a como dar efetividade ao artigo 73-A da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, de maneira a combater a prática da cláusula que limita a cessão de créditos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, criando obstáculos ao crescimento das pequenas empresas. O artigo é de autoria de **Gabriela Corrêa Dias** e **Rogério Alexandre de Oliveira Castro**,

com o título “Lei Antitruste: alternativa para microempresas e empresas de pequeno porte combaterem a prática abusiva da cláusula de não cessão de créditos”. O estudo explora uma das alternativas de combate à restrição da cessão de créditos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que é precisamente a solução antitruste, com a caracterização de prática abusiva pelas grandes empresas que empregam tal expediente.

O próximo artigo no debate sobre crises no mercado financeiro aborda a questão do regime jurídico de resolução para as instituições de pagamento, aquelas definidas pela Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013. O artigo é de autoria de **José de Lima Couto Neto**, com o título “Regime Jurídico para o Enfrentamento de Crises em Instituições de Pagamento”. O artigo analisa a submissão das instituições de pagamento ao regime de resolução conduzidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), de forma a afastar a possibilidade de submissão dessas instituições ao regime geral de insolvência, a não ser nos casos especiais do regime de resolução.

Os dois últimos artigos ventitam questões associadas ao Direito Administrativo e à Administração. O primeiro deles, de autoria de **Luiz Felipe Horowitz Lopes**, intitulado “Adequação Jurídico-Institucional do Controle Judicial da Discricionariedade Administrativa no Mercado Financeiro”, busca debater os limites de apreciação pelo Poder Judiciário de temas relacionados à regulação financeira discricionária, para afastar a utilização de formas tradicionais de análise, tais como “conceitos jurídicos indeterminados”, exigindo o emprego de uma visão institucional em relação ao controle judicial da discricionariedade.

O último artigo, dos autores **Emerson Ademir Borges de Oliveira** e **Miguel Angelo Aranega Garcia**, intitulado “As Implicações dos *Stakeholders* Sociais na Administração Pública Contemporânea”, explora os elementos de governança e responsabilidade corporativa no ambiente da Administração Pública, com ênfase no conceito administrativo de eficiência e sua relevância para o desenvolvimento nacional. Utiliza a ideia de *stakeholders* sociais, mesclando premissas do direito privado, de maneira a evidenciar um novo estilo de governança pública e de gestão sustentável.

Quanto às manifestações jurídicas da PGBC, a presente edição traz três petições e dois pareceres.

Duas petições são Memoriais do Banco Central de casos exemplares de Direito Econômico da Regulação Financeira. A primeira – Petição 2579/2018-BCB/PGBC – diz respeito ao Recurso Extraordinário 307.108/RJ, e debate a constitucionalidade e a legitimidade do Plano Real, notadamente do art. 38 da Lei 8.800, de 27 de maio de 1994.

O segundo Memorial – Petição 1008/2019-BCB/PGBC – trata do Processo no Tribunal de Contas da União (TCU) 033.263/2008-1, de Tomada de Contas Especial (TCE), no qual se debate suposta irregularidade do BCB na execução da política cambial, por ocasião da maxidesvalorização do Real ocorrida em janeiro de 1999.

A terceira petição – Petição 4643/2018-BCB/PGBC – diz respeito ao ingresso do BCB, como assistente simples da União, em feito proposto pela Defensoria Pública da União (DPU), no qual se discutem bloqueios da Conta Única do Tesouro, de forma a viabilizar recursos para medicamentos de alto custo, atendendo, assim, a decisões judiciais. O ingresso no feito pelo BCB teve o condão de evidenciar a impossibilidade da medida.

Por fim, a atual edição publica dois Pareceres Jurídicos. O primeiro – Parecer 171/2019-BCB/PGBC – responde a inúmeras dúvidas sobre o funcionamento do Acordo Administrativo em Processo de Supervisão (APS), disciplinado pela Lei 13.506, de 13 de novembro de 2017. O interesse e a novidade aqui são evidentes.

Além disso, publica também o Parecer 579/2019-BCB/PGBC que aborda a transformação do Conselho de Atividades Financeiras (Coaf) em Unidade de Inteligência Financeira (UIF), sua vinculação administrativa ao BCB, além da própria reestruturação do órgão responsável pela produção e gestão de informações de inteligência financeira em matéria de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa.

Definido o roteiro da segunda e última edição de 2019, aproveitem a leitura!

Leandro Novais e Silva
Editor